

SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

SEXUALITY AND GENDER RELATIONSHIPS IN TEACHER TRAINING

Liliane Oliveira Macedo 1
Berta Leni Costa Cardoso 2

Resumo: trabalhar a temática sexualidade em sala de aula é um dos pilares para a formação integral de crianças e adolescentes. Não obstante, muitos professores sentem dificuldade em abordar esses conceitos em seu ambiente de trabalho. Devido a isso, o objetivo deste estudo foi analisar se estudantes de cursos de licenciatura possuem em sua formação discussões acerca de sexo, sexualidade e relações de gênero. Os dados foram coletados através de um questionário ofertado ao público em uma plataforma virtual, cujo link de acesso foi enviado por meio de um aplicativo de mensagens, de modo a manter o distanciamento social devido à emergência da pandemia de Covid-19 na ocasião da coleta dos dados. Os dados foram analisados com o auxílio do software IramuTeQ. O estudo conclui que há uma lacuna na abordagem desses temas em sala de aula, e que os estudantes possuem poucos espaços para essas discussões na graduação.

Palavras-chave: Sexualidade. Formação docente. Estudantes de licenciatura. Relações de Gênero.

Abstract: working on sexuality in the classroom is one of the pillars for the integral education of children and adolescents. Nevertheless, many teachers find it difficult to address these concepts in their work environment. Because of this, the objective of this study was to analyze whether students of undergraduate courses have in their training discussions about sex, sexuality and gender relations. The data were collected through a questionnaire offered to the public on a virtual platform, whose access link was sent through a messaging application, in order to maintain social distance due to the emergence of the Covid-19 pandemic at the time of collection of the data. The data were analyzed with the aid of the IramuTeQ software. The study concludes that there is a gap in the approach of these themes in the classroom, and that students have few spaces for discussions at graduation.

Keywords: Sexuality. Teacher training. Undergraduate students. Gender relations.

Graduanda em enfermagem, Universidade do Estado da Bahia. 1
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8647721021822242>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2984-7024>. E-mail: Liliane.100.lili@gmail.com

Doutora em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília. 2
Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia. Professora no Programa de Pós-graduação em Educação/PPGD/UESB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (Difort/UESB). Líder da Linha de Estudo, Pesquisa e Extensão em Atividade Física (LEPEAF/UNEB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3678984365375736>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7697-0423>. E-mail: bcardoso@uneb.br

Introdução

Trabalhar a sexualidade na educação visa à formação integral de crianças e adolescentes. A integralidade enquanto direito de saúde, está relacionada à condição não parcial de compreensão do ser humano e é um dos princípios do SUS (Sistema Único de Saúde), assegurado constitucionalmente pelas leis 8080/90 e 8142/90 (BRASIL, 1990).

Assim, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos são Direitos Humanos já reconhecidos em leis nacionais e documentos internacionais, que consistem, entre outras coisas, o direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições, e com total respeito pelo corpo do (a) parceiro (a), o direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças, o direito de ter relação sexual, independentemente da reprodução, o direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Aids, entre outros direitos (BRASIL, 2010).

De acordo com Rodrigues (2020), em uma reportagem na revista Galileu, no Brasil existe um alto índice de gravidez na adolescência, com a Organização Mundial da Saúde estimando que 13 milhões de garotas tenham engravidado entre os 10 e 20 anos nas últimas duas décadas, além de, segundo o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), mencionado na mesma reportagem, o Brasil ser o país que ocupa o primeiro lugar no ranking de casamentos infantis na América Latina, e, ainda possuir um alto índice de estupros em menores de 14 anos (63,8% de 127.585 casos registrados segundo o fórum brasileiro de segurança pública, entre 2017 e 2018).

Apesar da relevância destes temas, não podemos fazer uma abordagem reducionista da sexualidade, havendo a necessidade de uma educação que não somente trate de assuntos como gravidez com ênfase na gravidez na adolescência, métodos contraceptivos, e infecções sexualmente transmissíveis.

Deve-se ir além, tratando de temas como (mas não somente) corpo, tipos de parto e violência obstétrica, abuso sexual e como identificá-lo, as diferentes configurações que a instituição família assume na contemporaneidade, relacionamentos afetivos, identidade e representações de gênero, desigualdade entre homens e mulheres (JESUS; SALES; SANTANA, 2020), entre tantas outras questões que abarcam a sexualidade humana enquanto um fenômeno social, o que constitui um obstáculo que os projetistas de políticas públicas educacionais e de saúde devem levar em consideração, a fim de fornecer soluções para as situações enfrentadas por meninas e meninos em suas vidas diárias, desde a primeira infância (QUIROZ; MENDOZA, 2016).

Apesar de a família ser a primeira instituição que realiza a educação sexual das crianças e dos jovens, a escola constitui espaço privilegiado para ofertar essa educação e orientar esse processo de forma crítica e guiada por informações científicas que promovam uma educação libertadora, devendo ser um espaço que procure erradicar com moralismos, ideias distorcidas e preconceituosas acerca da sexualidade (JESUS; SALES; SANTANA, 2020).

Ensinar educação sexual tanto no ambiente escolar quanto no universitário é um desafio para os educadores, descrito em diversos estudos (MANZANO-PAUTA; JERVES-HERMIDA, 2018). Muitos sentem dificuldade em trabalhar o tema, seja por questões morais ou por não o terem visto durante suas formações na licenciatura, ou quando viram, foi de forma verticalizada e limitada, sem contemplar as diversas dimensões da sexualidade, o que demonstra sua insegurança e despreparo para abordar essa temática em sala de aula (SOARES; MONTEIRO, 2019; OLTRAMARI; GESSER, 2019; MANZANO-PAUTA; JERVES-HERMIDA, 2018).

A saúde sexual e reprodutiva passou a ser pauta no contexto escolar devido à emergência da epidemia de HIV/AIDS no final da década de 1980 e os casos de gravidez na adolescência, o que favoreceu a vinculação das discussões aos sistemas reprodutores masculino e feminino e às doenças relacionadas aos órgãos sexuais, fazendo com que, até os dias atuais, não haja o desenvolvimento da transversalidade, na medida em que o assunto tende a ser tratado preferencialmente nas aulas de Ciências e Biologia (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Existem diversas políticas públicas educacionais que instituem a discussão da sexualidade e da diversidade, como a normatizada pelo Parâmetro Curricular Nacional (PCN), no eixo transversal Orientação Sexual (1997), as Diretrizes curriculares nacionais para a formação

de professores da educação básica, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (RIZZA; RIBEIRO; MOTA, 2018), entretanto, por diversas vezes, os professores se deparam com resistências tanto dos gestores escolares, dos outros professores colegas de trabalho, quanto da família dos alunos ou dos próprios alunos (SOARES; MONTEIRO, 2019). Além disso, a ausência de um diálogo sobre as diversas manifestações da sexualidade contribui para o silenciamento e exclusão daqueles que fogem aos padrões da heteronormatividade, aumentando as vulnerabilidades desse público (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Para Oltramari e Gesser (2019), a formação de professores deve buscar romper com esses padrões heteronormativos da sexualidade e das relações de gênero, promovendo uma discussão crítica tanto do conhecimento científico quanto dos conhecimentos que os alunos possuem sobre o tema e combatendo a discriminação e a homofobia, sendo um dos desafios que pautam a formação de professores. Muitos ainda carregam consigo concepções morais e preconceitos acerca da sexualidade, reforçando em sala de aula os estereótipos de gênero, ao invés de quebrá-los (MANZANO-PAUTA; JERVES-HERMIDA, 2018).

Diante disso, o objetivo deste estudo foi analisar se estudantes de cursos de licenciatura possuem em sua formação discussões acerca de sexo, sexualidade e relações de gênero.

Materiais e métodos

Trata-se de um estudo de cunho qualitativo. A população estudada foi composta por estudantes dos cursos de licenciatura de dois campi da UNEB (VI e XII). Como critérios de inclusão foram selecionados os estudantes dos cursos de licenciatura dos dois campus mencionados que estivessem cursando o último semestre do curso ou que fossem da turma veterana.

Devido à pandemia por Covid-19, entrou-se em contato com os alunos através das redes sociais, sendo a amostra de 22 estudantes selecionada por adesão dos discentes e saturação das entrevistas.

Os dados foram coletados através de um questionário ofertado ao público através de uma plataforma virtual (formulários Google), cujo link de acesso foi enviado por meio de um aplicativo de mensagens, contendo perguntas abertas que permitissem alcançar os objetivos da pesquisa.

Os dados foram analisados através da própria plataforma do Google docs, que forneceu as frequências absolutas e relativas dos dados sociodemográficos. Para as questões abertas, primeiramente foram transcritas todas as respostas e as entrevistas foram codificadas em E1, para o primeiro entrevistado, E2 para o segundo e assim sucessivamente. Em seguida foi preparado o corpus textual, que foi analisado com o auxílio do software IraMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires).

O IraMuTeQ é um software que viabiliza análises de dados textuais a partir de corpus textuais ou de matrizes. Corpus textual são grupos de texto que dizem respeito a uma determinada temática, como é o caso das entrevistas e ou questionários de resposta aberta. Já as matrizes são dados textuais organizados em planilhas, com indivíduos em linha e palavras em coluna. Neste estudo foi utilizada a análise a partir de corpus textual, por ser a que se adequa ao instrumento utilizado na coleta dos dados. O IraMuTeQ divide os textos do corpus textual em segmentos de texto, sendo estas as principais unidades de análise textual deste software, que oferece cinco possibilidades de análise textuais.

O estudo faz parte de um projeto guarda-chuva apreciado e aprovado pelo comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia, sob parecer de número 2.555.025 e CAAE 43789015.4.0000.0057. Foram respeitados todos os preceitos éticos na pesquisa com seres humanos, incluindo os esclarecimentos da pesquisa com assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e a preservação do anonimato da identidade dos pesquisados, além da garantia da inexistência de prejuízos para os participantes.

Resultados e discussões

Participaram do estudo 22 estudantes de ambos os campi. Destes, a distribuição conforme o curso pode ser vista na tabela 1, com média de idade de 22,7 anos, sendo 81,8% (n=18) do sexo feminino e 18,2% (n=4) do sexo masculino. Casagrande e Souza (2016) trazem que as licenciaturas são mais atraentes às mulheres do que aos homens.

Já Viana, Souza e Anjos Neta (2017), trazem que a educação se constitui em um meio que proporciona maior autonomia à mulher, sendo o instrumento em que há a possibilidade da competição de forma igualitária com os homens, nos diversos setores da sociedade, principalmente, no mercado de trabalho.

As três autoras observaram em seu estudo na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia que as áreas em que há uma maior predominância de mulheres em relação à participação masculina são as ciências da saúde e ciências humanas, sendo que, apesar de haver um aumento da participação feminina em diversos cursos, os que dizem respeito às ciências exatas e da terra e engenharias, ainda tem presença muito mais representativa de homens (VIANA; SOUZA; ANJOS NETA, 2017).

Segundo Idoeta (2019), em uma reportagem do site BBC News Brasil, apesar de as mulheres serem maioria nas universidades brasileiras, elas têm mais dificuldades em encontrar emprego. A reportagem traz que áreas como a de educação e ciências sociais, jornalismo e informação possuem uma hiper-representação de mulheres, já os homens são maioria em campos como tecnologias da informação e da comunicação, engenharia e construção; “no Brasil, 25% das graduandas brasileiras escolhe estudar educação, enquanto 19% dos graduandos homens escolhe engenharia, produção e construção” (IDOETA, 2019).

Ainda assim, de acordo com Idoeta (2019), esse discurso não é suficiente para explicar a disparidade de inserção no mercado de trabalho entre mulheres, sendo que outros fatores como progressão de carreira, a natureza do trabalho (mesmo que dentro de um mesmo setor), tipos de contrato e vida familiar podem ter uma influência maior na disparidade de gênero.

Além de tudo o que foi tratado, segundo a mesma reportagem (IDOETA, 2019), só 0,8% dos brasileiros entre 25 e 34 anos têm mestrado e 0,2% têm doutorado, contra 13% e 1,1% (respectivamente) na média entre os países estudados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2019). Tais aspectos trazem à tona a pouca qualificação escolar brasileira, que se reflete nos mais diversos âmbitos da nossa sociedade, incluindo o econômico, o social e o educacional, estando aí a educação sexual.

Em relação à raça/cor, 50% (n=11) se auto declarou branca, seguida da raça cor parda com 27,3% (n= 6) e da preta com 22,7% (n= 5).

Tabela 1. Distribuição da amostra por curso de graduação, 2020.

CURSO DE GRADUAÇÃO	N	%
Educação Física	7	31,8
Pedagogia	3	13,6
Ciências Biológicas	7	31,8
Geografia	1	4,5
Matemática	1	4,5
Letras vernáculas	1	4,5
Letras, língua portuguesa e literaturas	1	4,5
Não respondeu	1	4,5
Total	22	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No que diz respeito à religião, 77,3% (n= 17) afirmaram ser católicos, 9,1% (n=2) disseram que não possuem religião, 4,5% (n=1) afirmaram ser evangélico, 4,5% (n=1) espírita e

4,5% (n=1) responderam outras religiosidades, nenhum estudante afirmou já ter cursado outra graduação.

Observa-se a religiosidade como um fator preponderante na atualidade, muito utilizada pelo discurso político para o cerceamento de políticas de educação sexual pelos governantes. “Nas eleições [de 2018], o atual presidente encampou uma pauta de costumes extremamente conservadores, articulando-se, de um lado, com uma base parlamentar evangélica e, de outro, com os eleitores cristãos” (CÁRDENAS; MAKSUD, 2020, p. 2).

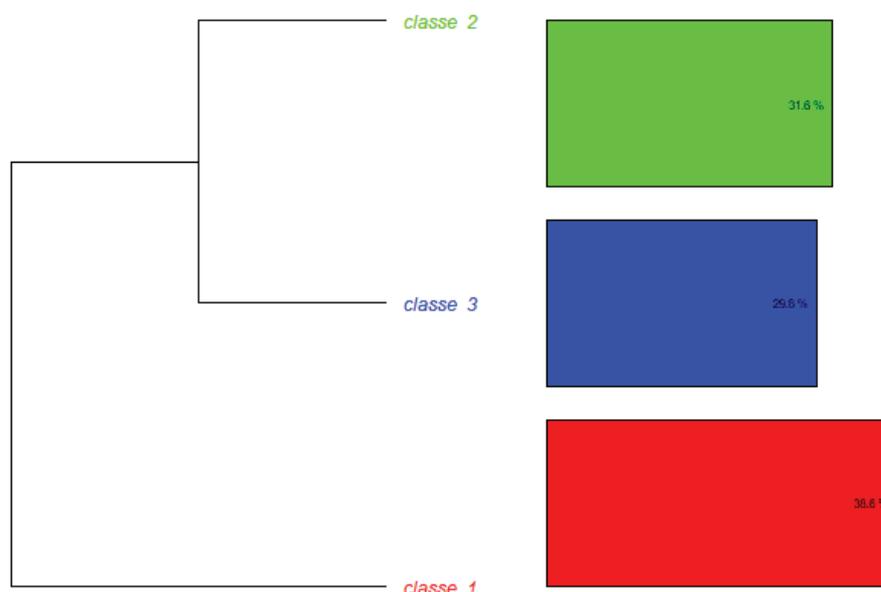
Cárdenas e Maksud (2020, p. 2) trazem que a partir das eleições presidenciais de 2018, “multiplicam-se narrativas que confrontam os direitos humanos, a educação e a laicidade do Estado”, pilares fundamentais para a construção de uma educação sexual libertadora e emancipatória. “Uma das premissas em voga é a de que a suposta ‘ideologia de gênero’ é impingida nas escolas, e que, portanto, suas práticas e discursos ameaçariam uma ordem familiar e moral tida como única e hegemônica.” (CÁRDENAS; MAKSUD, 2020, p. 2). Verifica-se nesses discursos, segundo Cárdenas e Maksud (2020), um total desprezo da ciência como estratégia de negação de determinados “problemas sociais”.

Quando questionados se costumam conversar com seus pais ou mães sobre sexualidade, a maioria (54,5%, n=12) respondeu que não, nunca havia conversado com seus progenitores sobre esse assunto, enquanto 31,8% (n=7) responderam que sim, às vezes, e 13,6% (n=3) sim, sempre. Silva (2016) expõe que todos os professores estudados por ela pontuaram que a família não cumpre seu papel em relação às informações sobre sexualidade, validando o achado deste estudo.

Na análise das questões abertas, com o auxílio do software Iramuteq, foram encontradas três classes de análise através da classificação hierárquica descendente (CHD). Nesta análise, uma das mais importantes do IraMuTeQ, os segmentos de textos (ST) e seus vocabulários são correlacionados, formando um esquema de classes de vocabulário, que obedece à uma hierarquia. Assim, é possível inferir o conteúdo do corpus, dando nome à classe e compreendendo grupos de discursos e suas ideias.

A classe de número 1, aqui intitulada “Dualidade de espaços para discussões sobre gênero e sexualidade”, nos traz o discurso dos espaços na universidade aonde são tratados os temas gênero e sexualidade. As duas outras classes (2 e 3) emergem da classe 1 e fazem conexões com a ideia central desta, apesar de cada uma possuir suas peculiaridades (imagem 1).

Imagem 1. Dendograma da classificação hierárquica descendente, 2020.



Fonte: IraMuTeQ, dados da pesquisa (2020).

Na classe “Dualidade de espaços para discussões sobre gênero e sexualidade” (1), os estudantes relatam que espaços da universidade como sala de aula e disciplinas do curso não ofertam discussões acerca de sexo e relações de gênero. Apenas estudantes do curso de ciências biológicas afirmaram possuir em algumas disciplinas específicas do curso discussões acerca da temática, porém, de forma restrita, vinculada aos sistemas reprodutores masculino e feminino e às doenças relacionadas aos órgãos sexuais, fortalecendo futuras dificuldades e despreparo desses professores para lidar com o tema de forma transversal, conforme exposto por Soares e Monteiro (2019). Rodas de conversa, minicursos, palestras, eventos, grupos de discussão com exposição da temática, foram os espaços dentro da universidade relatados pelos estudantes que promoveram o debate sobre gênero e sexualidade.

Apesar da legislação existente, vê-se que, corroborando com Oltramari e Gesser (2019), a universidade, por sua maior autonomia, se dá ao direito de não fazer essa discussão. Entretanto, observa-se que essa ausência cria uma lacuna na formação docente, fazendo com que os futuros profissionais entrem no mercado sem familiarizar-se com a temática e sentindo-se despreparados para trabalhá-la, achado já vastamente descrito na literatura (SOARES; MONTEIRO, 2019; MANZANO-PAUTA; JERVES-HERMIDA, 2018; DIAS; OLIVEIRA; SANTOS, 2018) e que pode ser observado nas falas:

Não sou muito familiarizada com esse tema. Então, não tenho no momento ideias. (E1)

Terei que estudar para saber, não sei como trabalhar [...] (E15)

Não tenho tanto conhecimento e nem metodologias ainda, justamente por a grade curricular do curso falhar muito nessa parte (e em outras também), mas procuro me especializar, pois sexualidade é algo que deve sim ser trabalhado desde cedo com as crianças para que elas conheçam a si mesmas e entendam que seus corpos só devem ser tocados por outra pessoa se caso elas permitirem. (E20)

Infere-se, por conseguinte, que os próprios docentes podem sentir dificuldades em trabalhar a temática sexualidade e gênero nas aulas da graduação, justamente por não o terem visto em suas formações iniciais.

Vê-se assim, em consonância com Camargo e Lara (2020), o estágio curricular supervisionado enquanto espaço privilegiado que articula teoria e prática, e que também não poderia ser desconsiderado ou invisibilizado neste estudo, pois este possibilita a reflexão quanto ao campo de atuação e a própria formação docente, o que pode proporcionar também um ambiente propício para o desenvolvimento de profissionais aptos ao ensino da educação sexual, e da formação em serviço dos professores universitários.

A classe 2, nomeada “Quando trabalhar a sexualidade”, diz respeito à fase que esse assunto deve ser tratado em sala de aula, o que, segundo os pesquisados, depende muito da idade do aluno e do seu desenvolvimento (ou maturação) sexual para ser trabalhado, ou seja, cada idade requer uma forma diferente de abordagem, o que pode ser inferido pelas falas:

Sim, pois a mentalidade dos alunos são diferentes nas etapas da vida. Com crianças deve ser de forma mais simplificada, com adolescentes de forma mais avançada e retratando o respeito, com adultos, quebrando alguns preconceitos que eles carregam. (E2)

Vai depender da maturidade dos estudantes para lidar com o assunto.

Um empecilho seria a reação dos responsáveis. (E5)

Sim, conforme o desenvolvimento cognitivo e da psiquê. Assim como idades diferentes possuem diferentes mentalidades, a abordagem para tratar qualquer assunto deve seguir uma graduação ligada a esse desenvolvimento [...]. (E6)

Observa-se em algumas falas uma certa preocupação com a possibilidade de criar um trauma na criança ou uma interpretação negativa, pela crença de que elas possam não estar preparadas para esse tipo de temática, ou com resistências dos pais ou da família com o fato de eles na posição de professor estarem abordando esse assunto.

Infere-se que haja certo receio por parte dos futuros professores a tratar do tema, o que faz com que eles posterguem o assunto ou o prefiram tratar por partes. Corroborando com Soares e Monteiro (2019), essas falas demonstram a preocupação com resistências acerca do contexto social maior, que podem ser obstáculos para o ensino da educação sexual. Alguns ainda acreditam que há uma idade certa para se iniciar essa discussão. Não obstante, muitos reconhecem a importância de trabalhar desde cedo a educação sexual.

Acho que sim. Cada idade tem seu momento para se conhecerem. Nada pode ser atropelado. (E1)

Não. Todos são capazes de entender essa temática, bem como ela é fundamental para o desenvolvimento saudável e maduro dos alunos como o entendimento só [erro de digitação do pesquisado] que são isto, formas de proteção sexual, responsabilidade afetiva, início a vida sexual, gravidez etc. (E4)

Sim. Durante a infância as crianças são, na maioria dos casos, incentivadas a usarem determinadas roupas de determinadas cores, brincar com determinados brinquedos, são nesses pequenos detalhes que as questões de sexualidade e de gênero são construídas. Deste modo, pedagogos em comunhão com os pais tentarem desconstruir estereótipos já preestabelecidos e deixar seus filhos desde cedo expressarem seus reais anseios e desejos. Depois dos 10 anos por exemplo, poderia trabalhar mais a fundo sobre sentimentos afetivos, relações e identidades em si, pois o aluno estará começando uma nova fase na vida que é a sua participação na vida adulta, considerando as mudanças no próprio corpo. (E11)

Na escola, as crianças criam e estabilizam aquilo que conhecem sobre o mundo, sendo este um espaço privilegiado para se trabalhar educação sexual. É essencial que a escola aborde temas que são de interesse dos alunos, como a sexualidade, sendo intrínseca a constituição destes (BOTAN; LEÃO, 2020).

As brincadeiras estimulam o raciocínio e a imaginação, oportunizando que o sujeito explore diferentes comportamentos, situações, capacidades e limites. Contribuem para a construção da inteligência, desde que as atividades sejam realizadas de forma lúdica e prazerosa, além da participação ativa do professor, respeitando as etapas do desenvolvimento da criança (BOTAN; LEÃO, 2020).

Usar as brincadeiras pode ser útil no ensino de educação sexual não somente para as crianças, desde que de forma adequada e planejada, podendo ajudar no desenvolvimento, na aprendizagem e no esclarecimento de dúvidas dos estudantes, podendo ainda contribuir para diminuição de preconceitos e desigualdades de gênero (BOTAN; LEÃO, 2020).

A brincadeira infantil promove o aumento do desenvolvimento intelectual e do aprendi-

zado da criança, sendo também um espaço para ela elaborar e vivenciar situações emocionais e conflitos. A brincadeira tem duas vertentes, a lúdica e a educativa, que se complementam (BOTAN; LEÃO, 2020).

Através da brincadeira, a criança pode tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si e aos outros, compreender o mundo onde vivem, entre outras coisas. Assim, a criança aprende a explorar os objetos, a natureza, o espaço a sua volta, fazendo com que ela consiga aprender, se desenvolver e se expressar. Essas atividades no contexto escolar podem contribuir para o desenvolvimento cognitivo, motor e social da criança (BOTAN; LEÃO, 2020).

Para que os jogos, os brinquedos e as brincadeiras sejam efetivamente aliados no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil, faz-se necessário que sejam atividades planejadas, realizadas de forma lúdica e com finalidade pedagógica. É imperativo que para tal, hajam educadores preparados e motivados, por ser este o sujeito responsável por ensinar as crianças os primeiros conceitos aprendidos na vida escolar (BOTAN; LEÃO, 2020).

Cabe aqui ressaltar que se esses conceitos vierem impregnados de preconceitos ou julgamentos de valor, isso se refletirá na educação das crianças, o que demonstra a importância deste ser um profissional bem instruído.

Deve-se haver um bom planejamento, treinamento, discussões e envolvimento de todos do ambiente escolar, o que tange a professores, gestão escolar, coordenação, todos que fazem parte daquele ambiente, incluindo os pais, para que o desenvolvimento de atividades que trabalhem a construção do conhecimento e a educação sexual possuam o devido aproveitamento (BOTAN; LEÃO, 2020).

Botan e Leão (2020) trazem ainda que os jogos e as brincadeiras, além de contribuir para o ensino de educação sexual, podem facilitar trabalhar essa temática, porque possibilita que ela seja tratada de forma mais descontraída e natural.

Isto posto, a articulação entre cursos da saúde e cursos de licenciatura, através de oficinas e grupos de estudo entre educadoras e enfermeiras, com a aplicação e o estudo de cartilhas que abordem a educação sexual, podem ser grandes aliadas para preparar ambos os profissionais para trabalhar educação sexual em sala de aula.

Alguns entrevistados, ao responderem como tratar a temática em sala de aula, demonstraram concepções empíricas sobre como ensinar educação sexual, baseada em conceitos generalistas da educação e em suas crenças pessoais do que é certo e errado ao ensinarem sexualidade, porém sem nenhum embasamento científico, conforme as falas a seguir.

Entraria de forma transversal. (E14)

Trabalharia com metodologias ativas, e exemplificando o máximo possível. (E7)

Pregando a castidade e o sexo só após o casamento (apenas entre os cônjuges). (E13)

De forma científica e embasada nos livros e no círculo cultural dos discentes. (E6)

Explorar um pouco sobre as algumas orientações sexuais, levantando de dúvidas [erro de digitação do pesquisado], presença de profissionais. (E8)

Trabalharia em uma dinâmica de respeito. Pois cada um possui sua sexualidade e nós devemos respeitar a todos, mesmo não concordando com alguns atos. (E2)

Essas falas demonstram a ausência de uma educação superior que prepare os discentes dos cursos de licenciatura para lidarem com a educação sexual na sua prática profissional de forma sistematizada e baseada em evidências. Os pesquisados também relataram que não há

muitos autores citados pelos professores que trabalham a temática, o que reforça o empirismo no ensino da educação sexual.

Em seu estudo, Silva (2016) relata as falas de algumas professoras que ratificam os achados deste estudo, trazendo que a escola não trabalha ou não inclui nos seus planejamentos atividades de educação sexual, sendo que esta só é trabalhada em situações pontuais e específicas diante de alguma necessidade demandada pelos alunos que a levem a tal, como algum comportamento do aluno com alguma manifestação da sexualidade.

Soares e Monteiro (2019) também encontraram achado semelhante em seu estudo, retratando que a escola só utiliza a educação sexual para tratar de aspectos sanitários da sexualidade, como prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, uso de preservativos e prevenção da gravidez na adolescência.

Silva (2016) ainda traz que as professoras consideram difícil explicar o assunto sem ser de forma popular, mas sim de forma científica, alegando a necessidade de as universidades instruírem os professores para essa educação. Muitas escolas também evitam abordar o assunto justificando que receiam ter algum tipo de problema com os pais (SILVA, 2016).

A classe 3, nomeada “Como trabalhar a sexualidade” trata de diversos aspectos que permeiam a possível conduta dos pesquisados quando questionados sobre como eles dariam educação sexual para seus alunos na posição de docente. Em diversas falas observa-se o corpo enquanto aspecto central dos estudos e possível abordagem sobre sexualidade e relações de gênero, em seus diversos aspectos: biológico, social, como meio de interação do eu comigo mesmo e do eu com o mundo.

Muitos acreditam que um caminho seria trabalhar mais o corpo da criança através do diálogo, da conversa, falar, conversar sobre o corpo e as relações corporais, no sentido do que pode e não pode no corpo da criança educada, em uma relação de deveres e poderes entre corpos. Alguns também exemplificam a brincadeira como meio de viabilizar essas discussões.

De acordo com Vieira e Altmann (2016), o espaço escolar é um local onde se difunde normas e códigos de conduta, o que muitas vezes, culmina em disciplinar e restringir possibilidades entre os gêneros, através de uma educação que incide de formas diferentes nos corpos, condutas e nas relações de meninos e meninas.

A educação infantil deve garantir espaços para a realização dessa atividade, sendo ainda um meio pelo qual a criança interioriza determinados modelos de adulto, o que de alguma forma, irá intervir na construção de sua identidade, nas relações de gênero e poderão inscrever marcas em seus corpos. Neste contexto, o corpo ganha destaque, oferecendo meios para a vivência de ações, onde a criança se expressa e experimenta o mundo, construindo significados para ela (VIEIRA; ALTMANN, 2016).

Assim, o brincar se constitui em uma atividade significativa para o desenvolvimento da criança, possibilitando a ela ressignificar sua realidade, através de diferentes descobertas e promovendo autonomia e criatividade, além de ser um momento privilegiado de interação entre as próprias crianças da mesma idade, e de faixa etária aproximada (VIEIRA; ALTMANN, 2016).

O professor possui papel político, comprometido em criar espaços para transformação e subverter uma norma ancorada na biologia, considerando as dimensões histórica, social e cultural na construção de feminilidades e masculinidades. Desta forma, quando falamos de inclusão das abordagens de corpo, gênero e sexualidades no currículo escolar e na formação docente é preciso aproximar tanto os/as estudantes das licenciaturas, como a escola e a comunidade de uma abordagem científica de análise e discussão do assunto, partindo das problemáticas sexistas, assim como das desigualdades (DIAS; OLIVEIRA; SANTOS, 2018).

vres, eventos, e cursos de pós-graduação ou formação continuada em gênero e sexualidade, além de incentivar a implementação de disciplinas na graduação que promovam essas discussões.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), através do PICIN (Programa Institucional de Iniciação Científica), pelo fomento e incentivo a esta pesquisa.

Referências

- BRASIL, Lei Orgânica de. Saúde—8142, 28 de dezembro de 1990. Brasília, DF, MS, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 300 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (**Cadernos de Atenção Básica, n. 26**).
- BOTAN, Keila Isabel; LEÃO, Andreza Marques de Castro. Jogos, brincadeiras e educação sexual na educação infantil. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 5, p. 110-121, 2020.
- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. Tutorial para uso do software IraMuTeQ. **Laboratório de psicologia social da comunicação e cognição, UFSC**. Florianópolis, 2018.
- CAMARGO, Daiana; LARA, Viridiana Alves de. As oficinas pedagógicas como espaço de formação de professores: experiências na disciplina de estágio curricular supervisionado. **Humanidades & inovação**, v. 7, n. 3, p. 371-382, 2020.
- CARDENAS, Claudia Mercedes Mora; MAKSDUD, Ivía. Juventude, sexualidade, religião: questões atuais de pesquisa no campo do HIV/Aids. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v.24, e190751, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832020000100407&lng=en&nrm=iso>. Access on 23 Oct. 2020. Epub Apr 09, 2020. <https://doi.org/10.1590/interface.190751>.
- CASAGRANDE, Lindamir Salete; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 825-850, Dec. 2016.
- DIAS, Alfrancio Ferreira; OLIVEIRA, Danilo Araujo de; SANTOS, Madson de Santana. Uma revisão sistematizada da produção do conhecimento sobre corpo, gênero, sexualidades na educação. Universidade Federal da Paraíba. **Revista Temas em Educação**, v. 27, n. 2, p. 119, 2018.
- IDOETA, Paula Adamo. Mulheres são maioria nas universidades brasileiras, mas têm mais dificuldades em encontrar emprego. **BBC news Brasil**, São Paulo, 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49639664>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- JESUS, Fabíola Francielle de; Sales, Dimas Ribeiro; Santana, Vanusa de Fátima Lopes. Educação sexual no ensino básico brasileiro: Contribuições da Série Sex Education. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 05, Vol. 04, pp. 89-103. Maio de 2020. ISSN: 2448-0959.
- LEI, Nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Presidência da República do Brasil**. Available on: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis L, v. 8080, 1990.
- MANZANO-PAUTA, Diana Elisabeth; Jerves-Hermida, Elena Monserrath. Educación sexual: Percepciones de docentes de la ciudad de Cuenca 2013-2014. **Revista Eletrônica Educare**, v. 22, n.

1, p. 82-96, 2018.

OLTRAMARI, Leandro Castro; GESSER, Marivete. Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, 2019.

RIZZA, Juliana Lapa; Ribeiro, Paula Regina Costa; Mota, Maria Renata Alonso. A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as. **Educação e Pesquisa**, v. 44, 2018.

RODRIGUES, Letícia. Por que a educação sexual é tão importante para crianças e adolescentes? **Revista Galileu**, maio de 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/04/por-que-educacao-sexual-e-tao-importante-para-criancas-e-adolescentes.html>.

SALINAS-QUIROZ, Fernando; ROSALES MENDOZA, Adriana Leona. La agenda pendiente de la educación inicial y preescolar en México: sexualidad integral. **Educación**, Lima , v. 25, n. 49, p. 143-160, sept. 2016.

SILVA, Karla Firmino da. **Pedagogia da sexualidade: o papel do professor**. Monografia (graduação). UFPB, João Pessoa, 2016.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019.

VIANA, Ana Rocha; Souza, Fernanda Pereira de; Neta, Maria Madalena Souza dos Anjos. Distribuição e representatividade feminina: um estudo sobre a universidade estadual do sudoeste da Bahia –UESB. **Revista Extensão e Cidadania**, Vitória da Conquista/BA, vol. 4, nº 8, jul/dez. 2017.

VIEIRA, Rosana Mancini; ALTMANN, Helena. O brincar na Educação Infantil: aspectos de uma educação do corpo e de gênero. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 1, 2016.

Recebido em 28 de janeiro de 2021.

Aceito em 15 de abril de 2021.